

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 133 Rio de Janeiro, agosto de 2006

Mais espaço, mais eficiência

Fabiano Veneza



O novo Centro Administrativo da Alerj proporcionou mais agilidade aos processos e melhores condições de trabalho

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sempre preocupada em oferecer qualidade de serviço à população e de trabalho aos seus servidores, somou pontos com a aquisição de seu novo Centro Administrativo. A nova unidade aproximou o público do Parlamento e ofereceu aos setores administrativos mais espaço de atuação, otimizando, assim, os processos de trabalho. Inaugurado na segunda quinzena de julho, o prédio, de 14 andares, abriga seto-

res importantes como a Escola do Legislativo Fluminense, a Procuradoria Geral da Casa e o departamento de Recursos Humanos, entre outros.

No endereço novo, os departamentos têm muito o que comemorar. Não só ganharam em espaço e infra-estrutura como, com a concentração de todos os setores administrativos no mesmo local, puderam conferir mais eficácia e dinamismo ao trabalho. Os deputados visitaram o prédio no mês de maio e aprovaram as instala-

ções. O edifício conta com um moderno centro cultural e é todo adaptado para portadores de deficiência física. Outro avanço foi a instalação de um posto de atendimento da Comissão de Defesa do Consumidor, no térreo.

PÁGINAS 4 e 5

Nota: Nos meses de agosto e setembro, o JORNAL DA ALERJ terá periodicidade mensal. Em outubro, o periódico volta à circulação normal.

Escola do Legislativo oferece cursos para prefeituras

PÁGINA 2

Encontros regionais preparam parlamentares juvenis

PÁGINA 3

Comissão fiscalizará construção de nova refinaria

PÁGINA 6

Mais espaço para a capacitação

EM NOVA SEDE, ESCOLA DO LEGISLATIVO ANUNCIA CURSOS PARA SERVIDORES DE PREFEITURAS E CÂMARAS DO INTERIOR

ALINE LEAL

De endereço novo, ocupando agora todo o 2º andar do Centro Administrativo da Alerj, a Escola do Legislativo Fluminense (ELF) tem o espaço que precisava para pôr em prática os projetos que vem formulando desde 2004, quando começou a funcionar. Para o segundo semestre de 2006, estão programados cursos e seminários voltados para a capacitação de profissionais da Assembleia e, ainda, treinamentos estendidos a servidores públicos de prefeituras e câmaras de vereadores de todo o estado. “Este espaço conquistado pela escola vai permitir uma maior qualificação dos funcionários, oferecendo cursos para tirar dúvidas específicas”, explica o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), destacando que a preparação do corpo técnico é fundamental para o melhor desempenho da função pública. “Muitas são as prefeituras que têm problemas no Tribunal de Contas por erros cometidos principalmente pelo desconhecimento. Os cursos que serão oferecidos poderão evitar isso”, sustenta o deputado.

Estão previstos treinamentos como Atualização em Língua Portuguesa, Cidadania e Direitos Humanos, Administra-



A Escola ocupa todo o 2º andar do Centro Administrativo da Alerj, na Rua da Alfândega

ção Pública Interativa, Atualização para a Equipe de Segurança, Especialização em TV Legislativa e Preparação em Mídia. De acordo com a diretora da ELF, Jacqueline Corrêa Marins, os cursos destinam-se a preparar os membros do funcionalismo público para o desempenho de suas funções com mais qualidade. As atividades do primeiro semestre de 2007 também já estão sendo preparadas. É o caso do curso Boas Vindas, direcionado aos deputados, principalmente os de primeiro mandato, que irá agilizar o contato deles com as questões regimentais, especial-

mente em plenário. Outro curso que será oferecido, o Bom Começo, é destinado às assessorias parlamentares, com ênfase no processo legislativo.

A Escola do Legislativo Fluminense foi criada por iniciativa da deputada Andréa Zito (PSDB). Aprovada por unanimidade, a unidade começou a funcionar em abril de 2004. Entre seus parceiros estão entidades como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), a Escola do Legislativo de Minas Gerais, o Centro de Estudos Jurídicos e a Defensoria Pública.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Sivuca

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Gabriel Mendes

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Leal, Clarisse Bretas,

Dafne Capella, Fabiano Veneza,

Luciana Mendes, Marcela Maciel,

Marcela Palma, Sérgio Jardim,

Thayssa Plum

Fotógrafo:

Rafael Wallace

Diagramação:

Pedro Koblit

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DO MÊS

“Ainda que tenhamos nossas diferenças, somos unânimes no desejo pela paz.”

Texto do manifesto que recebeu a adesão de vários deputados estaduais e que pede o restabelecimento da paz no Oriente Médio. O abaixo-assinado está percorrendo os parlamentos das principais cidades da América Latina, para depois ser enviado aos dirigentes de Israel e do Líbano



“A guerra nunca deve ser uma alternativa. É preciso que o Governo brasileiro faça algum tipo de pressão para colocar o conflito na mesa de negociação mundial.”

Frejat, vocalista do Barão Vermelho, em ato público na Alerj pela paz no Oriente Médio

“A Alerj apóia a causa da paz. O que está acontecendo no Líbano é uma irracionalidade. Compreendemos e sentimos a dor com vocês.”

Noel de Carvalho (PMDB), ao receber libaneses que fizeram manifestação pela paz nas escadarias da Alerj

Aulas para futuros parlamentares

CURSOS DE CAPACITAÇÃO DA NOVA EDIÇÃO DO PARLAMENTO JUVENIL INVESTEM NO ENSINO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fotos Fabiano Veneza

CLARISSE BRETAS

Os 55 candidatos ao Parlamento Juvenil dos pólos de Duque de Caxias, Saquarema e Paraty participaram no mês de julho de cursos de capacitação sobre o Regimento Interno da Alerj e elaboração de projetos de lei. “Para esta terceira edição, estamos investindo também no ensino do Direito Constitucional, para que os estudantes tenham noção de constitucionalidade ao elaborar suas matérias”, acrescentou o especialista legislativo Wilson Celeiroz, que ministrou o curso. Em uma das atividades propostas, os estudantes se dividiram em grupos de três, analisaram um projeto de lei, uma indicação simples e uma indicação legislativa, e tiveram que optar pela constitucionalidade ou não das propostas, além de diferenciar os tipos de indicação.

Embora a familiaridade com o processo legislativo ainda seja pequena, os candidatos a parlamentares juvenis demonstraram que já possuem muitas idéias. Eleito pelo pólo de Duque de Caxias, Ronan Conceição, de 17 anos, já pensou no tema do seu projeto de lei. “Quero criar núcleos distritais de saúde, para diminuir as filas nos grandes hospitais, que ficariam com as emergências”, explicou ele. Ronan foi eleito em 2004, e quer dar continuidade ao seu trabalho. “Naquele ano, consegui a aprovação de um projeto que tratava da divulgação dos programas de alfabetização de jovens e adultos”, lembrou o estudante, durante a palestra, que reuniu os 12 candidatos do pólo de Caxias no município do Rio de Janeiro, no último dia 3.

Entre os 19 jovens do pólo de Saquarema, que assistiram ao curso de capacitação no último dia 6, em Cabo Frio, há uma preocupação constante: a educação. O projeto que a candidata Carolina Bastos está preparando, por exemplo, tem como objetivo criar pré-vestibulares sociais. “Minha proposta vai atingir muitas pessoas que não tiveram oportunidade de receber um bom estudo”, defende. Já os 24 estudantes eleitos pelo pólo de Paraty pretendem encontrar maneiras de fo-



Acima, treinamento em Cabo Frio. Abaixo, a capacitação no Rio de Janeiro. Os jovens demonstraram preocupação com temas como saúde, educação e desenvolvimento local

mentar o desenvolvimento local, o que, segundo eles, inclui maiores cuidados com o meio ambiente, mais atenção às pessoas com deficiência e mais educação no trânsito.

O Parlamento Juvenil foi criado em 1998 por uma resolução do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB). O projeto é uma parceria com as secretarias de estado de Infância e Juventude e de Educação, com a rede Faetec e com o TRE. A grande novidade desta terceira edição é a etapa regional, com a divisão

do estado do Rio em cinco pólos (Itaperuna, Duque de Caxias, Saquarema, Três Rios e Paraty). Durante o Parlamento Regional Juvenil, que será realizado entre os meses de agosto e setembro, os candidatos terão os seus projetos votados. Cada pólo elegerá um número de parlamentares juvenis, que varia de acordo com o número de municípios de cada pólo e do estado todo. Somente os autores dos 40 projetos mais votados serão selecionados para o Parlamento Juvenil, que acontecerá em janeiro de 2007, na Alerj.

Setores administrativos da Assem

Defesa do Consumidor tem um andar para atendimento ao público

ALINE LEAL E SÉRGIO JARDIM

A falta de espaço não é mais um problema para os departamentos administrativos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O novo Centro Administrativo da Alerj, na Rua da Alfândega 8, abriga todos os setores que tinham dificuldades estruturais para funcionar em suas antigas dependências. É o caso da Comissão de Defesa do Consumidor, que tem a maior demanda da população e vai funcionar no térreo do prédio, para facilitar o atendimento ao público. O presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB) ressalta o avanço que foi a aquisição do imóvel: “O novo Centro Administrativo dará melhores condições de trabalho aos funcionários da Alerj e aproximará a população do Parlamento, através da prestação de serviços, que cresce a cada dia”. A nova unidade, que se soma ao Palácio Tiradentes e ao Palácio 23 de Julho como parte das dependências do Legislativo fluminense, começou a funcionar em julho.

Um bom exemplo da melhoria da qualidade do trabalho é a Escola do Legislativo Fluminense (ELF). A entidade, que antes funcionava em uma sala no quinto andar do Palácio Tiradentes, hoje ocupa todo o segundo andar do Centro Administrativo. O espaço comporta três salas com capacidade para 45 alunos, um laboratório de informática, uma sala de videoconferência e uma sala de reuniões. “Antes, para realizarmos qualquer seminário ou palestra tínhamos que reservar o Auditório Senador Nelson Carneiro, no Palácio 23 de Julho. Só que o local, muitas vezes, estava ocupado com atividades dos deputados. Com a ampliação, aumenta a expectativa quanto ao nosso trabalho, e nós estamos ansiosos em correspondê-la”, afirma a diretora-geral da ELF, Jackeline Corrêa Marins, que, junto com sua equipe, pla-

neja uma semana de atividades para marcar a inauguração do novo espaço, com seminários sobre diversos temas.

As salas da Escola do Legislativo, assim como todo o prédio, são adaptadas para a acessibilidade de idosos e portadores de deficiência. Tal fato foi constatado pela deputada Georgette Vidor (PPS), presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência. “Há rampas em todos os pisos, os elevadores são largos e há banheiros acessíveis”, comemorou. O prédio tem 14 andares e possui cinco elevadores. A cada três andares há um banheiro adaptado para portadores de deficiência.

Detalhes operacionais, como a manutenção dos antigos ramais, também não foram esquecidos. “O novo prédio recebeu uma central telefônica digital, que se comunica com a antiga, mas com um sistema independente”, explica o diretor de Patrimônio da Casa, Marcos Pinto. A segurança do prédio também contará com a tecnologia de novos equipamentos. “Haverá câmeras nos corredores e na parte externa do prédio. A equipe se comunicará pelo rádio e teremos uma sala de monitoramento das imagens”, diz a diretora de Segurança da Alerj, Cristina Castro.

Outra novidade do prédio é o Centro Cultural, localizado na sobreloja, que abrigará exposições coordenadas pela primeira vice-presidente da Casa, deputada Heloneida Studart (PT), autora de peças como *Tiradentes*, *o Zé de Vila Rica* e *Bárbara do Crato*. “Estou muito feliz por haver um auditório amplo e um espaço exclusivo para receber os eventos”, comemora a parlamentar. Adquirido por meio de um acordo com o banco Itaú, em permuta pela manutenção das contas da Alerj, o novo prédio comporta todos os setores administrativos que não têm relação direta com o processo legislativo. Com a mudança, o Palácio 23 de Julho passa a ser ocupado basicamente pelos gabinetes parlamentares, que serão redivididos. Já no Palácio Tiradentes permanecem setores como a Secretaria da Mesa Diretora e Apoio às Comissões Permanentes, além da Biblioteca D. Maria Portugal.



Os departa...
Bens Patrim...
pela guarda...
materiais, n...
Alerj, ganha...
no novo pré...
todo o 10º a...



O espaço m...
de todos os...
em um só ar...
Procuradori...
e agilidade...
produtivida...
dos funcion...



A Diretoria...
Humanos, c...
Pessoal e o...
Legislação...
funcionam...
o que trouxe...
processos d...



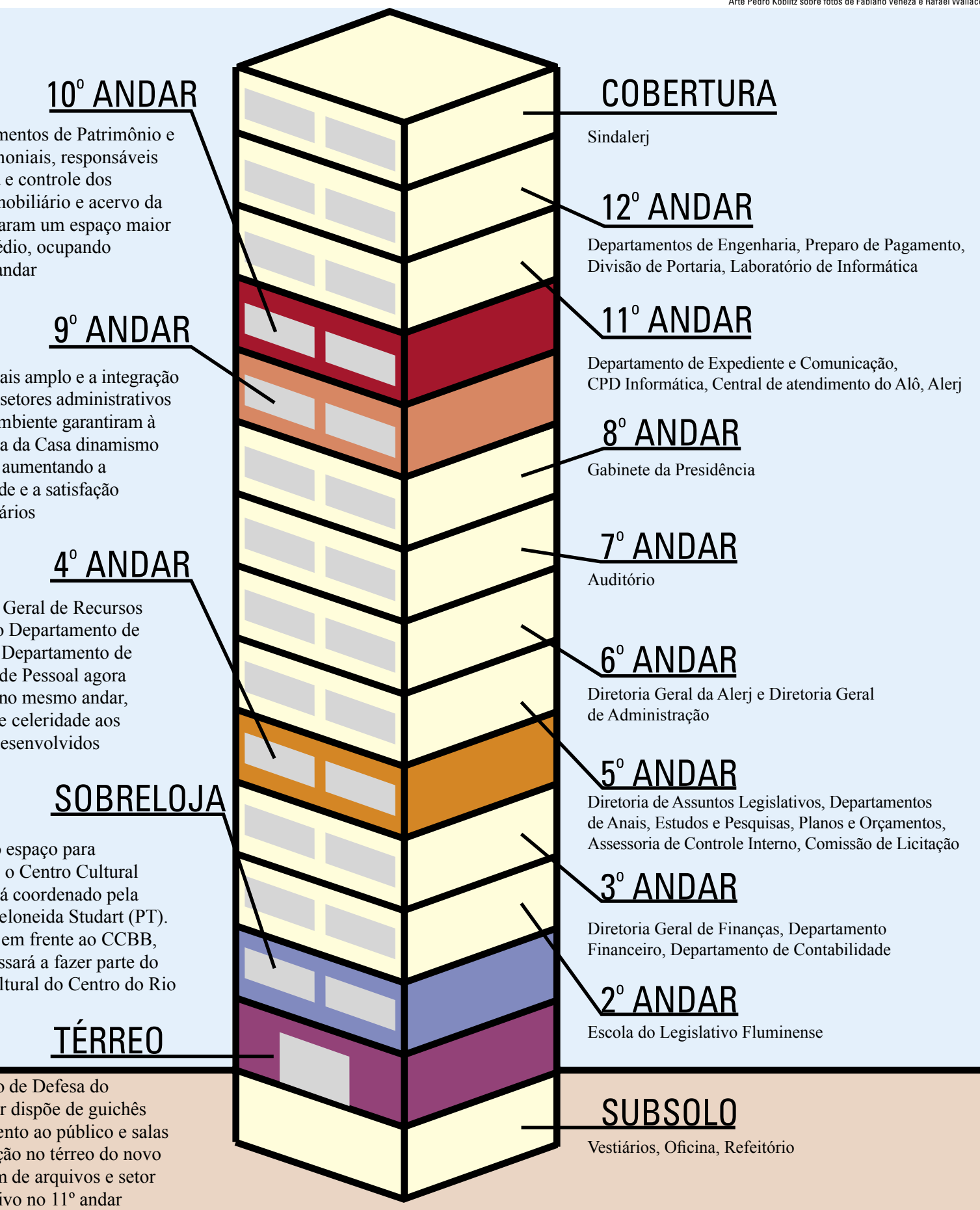
Com amplo...
exposições...
da Alerj ser...
deputada H...
Localizado...
o prédio pas...
corredor cu...



A Comissão...
Consumido...
de atendi...
de concilia...
prédio, além...
administrati...

Assembleia comemoram novo endereço

Arte Pedro Koblitz sobre fotos de Fabiano Veneza e Rafael Wallace



Alerj e Petrobras unidas pelo pólo

COMISSÃO QUER IDENTIFICAR, NA REGIÃO ATENDIDA, AS DEMANDAS NECESSÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DA OBRA

Fabiano Veneza

GABRIEL MENDES

A Assembléia Legislativa e a Petrobras vão trabalhar juntas para que as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro fiquem prontas até 2012, conforme previsto no cronograma do empreendimento. O pacto foi firmado em audiência pública realizada no dia 4 pela comissão especial da Alerj que acompanha a execução da obra, a maior da história da Petrobras. O pólo petroquímico deve gerar 212 mil empregos diretos e indiretos e receberá investimentos de US\$ 6,5 bilhões. A comissão da Alerj discutirá com a população da região de Itaboraí e São Gonçalo as demandas de infra-estrutura que podem ser geradas pela instalação da refinaria na região. “A Alerj tem obrigação de se colocar à disposição da sociedade fluminense e da Petrobras para facilitar o andamento da obra”, disse o presidente da comissão, deputado Sérgio Soares (PTC).

O presidente da Petroquisa (Petrobras Química SA), José Lima de Andrade Neto, chamou atenção para as dificuldades no cumprimento dos prazos estipulados para o projeto. “A legislação é muito



Durante a audiência, foram apresentados os eixos principais de investimentos da Petrobras

exigente, mas estamos agindo pró-ativamente para eliminar a possibilidade de a obra não estar concluída em 2012”, assegurou. Segundo ele, os investimentos serão feitos em dois eixos principais: US\$ 3,5 bilhões na unidade petroquímica básica (que gera benzeno, propeno e outros derivados básicos do petróleo) e US\$ 3 bilhões nas unidades petroquímicas asso-

ciadas (que produzem polietileno e polipropileno, matérias-primas das indústrias de tubos e plásticos).

Estiveram presentes na audiência pública os deputados Edmilson Valentim (PCdoB) e Gilberto Palmares (PT) e autoridades de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Rio Bonito - municípios da região contemplada pelo projeto.

Notificação compulsória em discussão

PARA DEPUTADOS, POLÍTICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODEM SER PREJUDICADAS PELO VETO DA GOVERNADORA

THAYSSA PLUM

Parlamentares, pesquisadores da área da saúde e representantes da Secretaria estadual de Saúde e do Ministério da Saúde reuniram-se no dia 9 para discutir o veto parcial da governadora Rosinha Matheus ao projeto de lei 3.015/02. A matéria, de autoria da presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Cida Diogo, e do deputado Carlos Minc, ambos do PT, obriga os profissionais de saúde a notificar todos os casos de violência contra a mulher, mas teve o item que determina a identificação pessoal da vítima vetado. Pesquisadora do Instituto de Medicina

Social da Uerj, Cláudia Leite destacou a importância de conhecer os perfis das vítimas de violência doméstica. “Essas informações irão orientar políticas de prevenção e direcionar ações para os grupos mais vulneráveis. Sem a identificação, teremos um retorno muito pequeno”, acredita. Para Minc, a matéria vai além. “A lei dimensiona o caso, fundamenta políticas públicas e cria elementos dissuasivos para os homens”, defende.

Segundo Cida Diogo, o item negado é justamente o pilar para que a lei cumpra o seu papel. Nas razões do veto, publicadas no Diário Oficial do Legislativo do dia 30 de novembro de 2005, a governadora justifica que a proposta “põe a

descoberto a proteção constitucional à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem da mulher”. Segundo a advogada do Movimento de Mulheres de São Gonçalo, Mariana Vieira, o direito à vida e à integridade física se sobrepõe ao direito ao sigilo. “A legislação prevê que garantias constitucionais sejam quebradas quando há um direito maior a ser preservado”, argumenta. Para a representante do Programa Nacional de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Regina Viola, os números dão visibilidade ao problema. “Vamos encaminhar um parecer da nossa consultoria jurídica à governadora, reiterando a posição contrária ao veto”, garantiu Regina.

Petrobras é ouro em acessibilidade

GEORGETTE VIDOR DEFENDE QUE FACULDADES DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CIVIL ABRACEM A CAUSA DAS PPDS

MARCELA PALMA

Durante a cerimônia de entrega dos certificados Acessibilidade Nota 10, que contemplou 62 estabelecimentos públicos e privados no dia 10, a presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Alerj, deputada Georgette Vidor (PPS), sugeriu a inclusão de uma disciplina sobre acessibilidade no currículo das faculdades de Engenharia Civil e Arquitetura. “Se esta questão for trabalhada durante a formação destes profissionais, qualquer projeto que eles venham a realizar será feito na forma ideal, dentro das normas”, disse a parlamentar. Segundo ela, a questão da acessibilidade não beneficia exclusivamente os portadores de deficiência: “Idosos com mobilidade reduzida também têm o direito a ter acesso a todas as condições urbanas”.

Para receber o prêmio as empresas devem cumprir os critérios que proporcionam condições adequadas e seguras de acesso e uso às pessoas portadoras de deficiência. A premiação é dividida em categorias que vão do bronze ao diamante. Nesta 6ª edição do prêmio, a Petrobras foi a única a receber dois certificados ouro, referentes a dois prédios adap-



Cercada pelos agraciados com o Certificado, Georgette Vidor defendeu acessibilidade

tados. “A seriedade com que essa questão é tratada na Petrobras nos comove, nos deixa muito felizes”, afirmou Georgette. Segundo a gerente-geral da Petrobras, Suzana Schirmer Campos, responsável pela adaptação dos prédios da empresa, apesar de a acessibilidade ser uma obrigação legal, o reconhecimento é mais um estímulo. “Agora vamos trabalhar pelo diamante”, anunciou.

O Poder Judiciário do estado também recebeu o reconhecimento pelo empenho na adaptação de suas dependências.

Ao todo, os fóruns de 39 comarcas receberam certificados bronze. Diretora-geral de Logística do Tribunal de Justiça do Rio, Andréa D’Amico afirmou que este é só o começo. “Breve, teremos todos os fóruns adaptados e acessíveis”, acrescentou. Para Georgette Vidor, a postura das empresas agraciadas pelo Acessibilidade Nota 10 deve servir de exemplo às outras, que ainda não se adequaram às necessidades dos portadores de deficiência. “Precisamos multiplicar essa idéia”, defendeu.

CURTAS

Denúncia em call-center

Em diligência da comissão especial da Alerj que fiscaliza as condições de trabalho nos call-centers, realizada no dia 3, o deputado Gilberto Palmares (PT) confirmou denúncias de que os operadores de telemarketing da CSU CardSystem estariam recebendo salários abaixo do piso da categoria. Embora a Lei 4.686/05, que regulamenta os pisos salariais no estado, fixe em R\$ 422,72 o valor mínimo a ser recebido por operadores de telemarketing, os funcionários da CSU recebem R\$ 361. “Para um trabalhador que ganha pouco acima do salário mínimo, R\$ 60 fazem diferença”, disse.

Comissão quer interceder por casas de cultura da Lapa

“Farei o possível para viabilizar a transferência da administração das cinco casas socioculturais da Lapa, do RioPrevidência para a Secretaria estadual de Cultura”, disse o presidente da Comissão de Cultura, Noel de Carvalho (PMDB), durante audiência pública realizada, em parceria com a deputada Andréia Zito (PSDB), no dia 10. Cinco estabelecimentos do Corredor Cultural da Lapa protestaram contra o alto valor do aluguel cobrado pelo RioPrevidência, que administra os locais.



O deputado Noel de Carvalho, durante a audiência

Parlamento se mobiliza pela paz

ATOS PÚBLICOS REALIZADOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PEDEM O FIM DO CONFLITO ENTRE O LÍBANO E ISRAEL

Fotos Rafael Wallace

DA REDAÇÃO

Paz, Shalom e Salam. As palavras de ordem marcaram três iniciativas na Assembléia Legislativa, pedindo a paz no Oriente Médio e o fim das hostilidades entre o Líbano e Israel. No dia 26 de julho, descendentes de libaneses ocuparam as escadarias do Palácio Tiradentes para pedir que a União mandasse ajuda humanitária para as áreas em conflito. Eles foram recebidos pelo líder do Governo, deputado Noel de Carvalho (PMDB). No mesmo dia, deputados estaduais deixaram suas marcas em um abaixo-assinado, pedindo o fim das hostilidades entre os dois países. Já no dia 28, o ato “Oriente-se pela paz”, realizado pelo deputado estadual Carlos Minc (PT) e pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), lançou um manifesto pela paz, assinado pelos presentes e encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores. O documento reivindica empenho do Governo brasileiro nas negociações para um cessar fogo definitivo e na retirada do Líbano de todos os brasileiros que desejarem retornar ao Brasil. Aponta, ainda, a necessidade do restabelecimento da soberania do Governo libanês sobre a totalidade de seu território e a eliminação de grupos ou milícias armadas das fronteiras com Israel.

Gabeira lembrou a dificuldade de lidar com um conflito que se repete insistentemente. “Não é a primeira vez que fazemos um ato pelo fim do conflito árabe-israelense, nossos cabelos já estão ficando brancos e não vemos a paz”, lembrou Gabeira. Durante o evento, as falas dos convidados foram alternadas com intervenções musicais. “A música, o teatro e a literatura podem ajudar a derrubar muros e unir povos. Espero que esse som ultrapasse o oceano e leve a paz aos povos que tanto precisam”, comentou Carlos Minc. No ato estiveram presentes, ainda, o deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ) e o vocalista do grupo Barão Vermelho, Roberto Frejat. Neto de sírios com judeus poloneses, o músico enfatizou a ineficiência de uma solução por meios bélicos: “A guerra nunca deve ser uma alternativa. É preciso que o Governo brasileiro faça al-



Acima, descendentes de libaneses pedem, nas escadarias, ajuda humanitária para os brasileiros no Líbano. Abaixo, ato pela paz movimenta parlamentares e artistas na Casa

gum tipo de pressão para colocar o conflito na mesa de negociação mundial”.

No dia 26, o presidente da Federação das Entidades Líbano-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro, Nelson Mufarrej, disse que a União deve se posicionar diante dos ataques de Israel. “O resgate de brasileiros e libano-brasileiros é importante, mas paliativo”, defendeu. Segundo ele, o Brasil abriga 10 milhões de pessoas de origem libanesa. Noel de Carvalho, que recebeu os manifestantes, disse que a Casa está sensibilizada em relação à situ-

ação, e garantiu, ainda, que vai buscar apoio à causa dos libano-brasileiros tanto junto ao Governo do estado quanto junto ao Governo federal. No mesmo dia, começou a circular o abaixo-assinado “Ainda que tenhamos nossas diferenças, somos unânimes no desejo pela paz”, iniciado pela entidade Amisrael. O manifesto pede o restabelecimento da paz no Oriente Médio e está percorrendo os parlamentos das principais cidades da América Latina, para depois ser enviado aos dirigentes de Israel e do Líbano.